

# Redemocratização e Constituição de 1988: A Conquista da Cidadania

Este material apresenta um panorama completo do processo de redemocratização do Brasil, desde o declínio do regime militar até a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Através de esquemas claros, uma linha do tempo detalhada e exercícios comentados, você vai compreender como o país reconquistou seus direitos fundamentais e construiu as bases do Estado Democrático de Direito que conhecemos hoje.

## Contexto Histórico

O fim do regime militar e a transição política

## Mobilização Popular

Diretas Já e a força dos movimentos sociais

## Constituição de 1988

Direitos, garantias e a nova ordem democrática

## Exercícios

Questões comentadas para fixação do conteúdo



# O Declínio do Regime Militar

O regime militar brasileiro, instaurado em 1964, começou a dar sinais de esgotamento a partir da segunda metade da década de 1970. A combinação de crise econômica, pressão internacional por direitos humanos e crescente insatisfação popular criou o cenário para o início do processo de abertura política — porém, ainda sob o controle cuidadoso dos próprios militares.

## A "Abertura Lenta, Gradual e Segura"

O general Ernesto Geisel (1974–1979) inaugurou o projeto de distensão política controlada, cunhando a expressão "abertura lenta, gradual e segura". O objetivo era evitar rupturas abruptas e garantir que o processo de redemocratização ocorresse nos termos ditados pelo próprio regime. Seu sucessor, João Baptista Figueiredo (1979–1985), deu continuidade à abertura, mas enfrentou pressões crescentes da sociedade civil e da oposição organizada.

## Lei da Anistia (1979)

Promulgada em agosto de 1979, a Lei de Anistia foi um dos marcos mais simbólicos do período. Ela permitiu o retorno de centenas de exilados políticos que haviam sido forçados a deixar o Brasil após o golpe de 1964 — entre eles intelectuais, artistas, políticos e líderes sindicais. Ao mesmo tempo, a lei também anistiou agentes do Estado envolvidos em atos de tortura e violação de direitos humanos, o que se tornaria tema de intenso debate nas décadas seguintes sobre justiça de transição.

## O Fim do Bipartidarismo

Até 1979, o sistema político era artificialmente dividido entre ARENA (pró-governo) e MDB (oposição consentida). Com a reforma partidária daquele ano, o sistema pluripartidário foi restaurado. O MDB transformou-se em PMDB, e surgiram novos partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores), fundado em 1980 por sindicalistas, intelectuais e militantes de base, que passaria a ser protagonista da redemocratização.

# Linha do Tempo: A Luta pela Democracia

O processo de redemocratização não foi um evento único, mas uma longa caminhada de mais de uma década, marcada por avanços, recuos e momentos decisivos que moldaram o Brasil contemporâneo.



# A Força das Ruas: Diretas Já

O movimento **Diretas Já** foi uma das maiores mobilizações populares da história do Brasil. Entre 1983 e 1984, milhões de cidadãos saíram às ruas em todo o país para exigir o direito de escolher diretamente o próximo presidente da República — um direito que havia sido suprimido pelo regime militar desde 1964.

## As Grandes Manifestações

Os comícios das Diretas Já bateram recordes históricos de participação popular. Em 25 de janeiro de 1984, o Vale do Anhangabaú, em São Paulo, reuniu cerca de 300 mil pessoas. Em 10 de abril do mesmo ano, o Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, recebeu mais de 1 milhão de manifestantes. Ao todo, estima-se que mais de 5 milhões de brasileiros participaram de manifestações em todo o território nacional. Artistas, intelectuais, políticos e trabalhadores marcharam juntos sob o lema "Eu quero votar para presidente".

## A Emenda Dante de Oliveira

A Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) pretendia restaurar as eleições diretas para a presidência ainda em 1984. Precisava de dois terços dos votos da Câmara dos Deputados para ser aprovada. Em votação realizada em 25 de abril de 1984, a emenda obteve 298 votos a favor e 65 contra — mas ficou 22 votos aquém do mínimo necessário. O governo Figueiredo conseguiu barrar a aprovação, ordenando que os parlamentares governistas se ausentassem ou votassem contra.

## A Derrota que Não Foi Final

Apesar da derrota no Congresso, o movimento Diretas Já teve impacto duradouro: consolidou a consciência política da sociedade civil, fortaleceu a oposição e pavimentou o caminho para a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985. Os sindicatos, o movimento estudantil, as comunidades eclesiais de base e os partidos de oposição formaram uma ampla frente democrática que não mais seria silenciada.

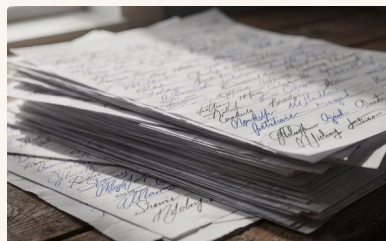
# A Assembleia Nacional Constituinte

Com a transição democrática consolidada, o Brasil precisava de um novo pacto social. A Assembleia Nacional Constituinte, convocada pelo presidente José Sarney e instalada em **1º de fevereiro de 1987**, foi o espaço onde esse pacto foi construído — com ampla participação da sociedade e intensos debates sobre o futuro do país.



## A Composição da Constituinte

A Assembleia foi formada por 559 congressistas — deputados federais e senadores eleitos em novembro de 1986. Diferentemente de constituintes anteriores, não houve convocação de membros externos ao Congresso. O processo foi presidido pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB), que se tornaria o símbolo da redemocratização ao promulgar a Carta em outubro de 1988, brandindo o documento e declarando: "Cidadãos, a Constituição há de durar e o Brasil será o seu maior beneficiário!"



## Participação Popular Recorde

Uma das grandes inovações da Constituinte de 1987–1988 foi o mecanismo de **emendas populares**: qualquer proposta subscrita por pelo menos 30 mil cidadãos e apoiada por três entidades associativas poderia ser apresentada diretamente à Assembleia. Foram protocoladas 122 emendas populares, com mais de 12 milhões de assinaturas. Movimentos de trabalhadores rurais, servidores públicos, portadores de deficiência, mulheres, negros e povos indígenas fizeram ouvir suas demandas no processo constituinte.



## Os Grandes Debates

As discussões na Constituinte refletiram as tensões do período: o papel do Estado na economia, a duração do mandato presidencial, a reforma agrária, os direitos trabalhistas, a autonomia dos municípios e a delimitação das terras indígenas foram temas de intenso embate. O campo progressista, liderado pelo chamado "Centrão", disputou cada artigo com os setores conservadores. O resultado final foi um texto de compromisso que avançou significativamente em direitos fundamentais.

# A Constituição Cidadã de 1988

Promulgada em **5 de outubro de 1988**, a Constituição Federal — apelidada de "**Constituição Cidadã**" pelo presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães — representa o maior avanço normativo da história do Brasil em termos de direitos fundamentais. Com 250 artigos no corpo principal e 97 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ela estabeleceu as bases do Estado Democrático de Direito brasileiro.

## A Norma Suprema e o Estado Social

A Constituição de 1988 representa uma ruptura com o modelo autoritário e a inauguração de um **Estado Social de Direito** no Brasil. Seus fundamentos (art. 1º) incluem a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Os objetivos fundamentais da República (art. 3º) estabelecem como metas constitucionais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos sem discriminações.

## Inovações e Novos Direitos

- **Sistema Único de Saúde (SUS):** A saúde foi pela primeira vez declarada direito de todos e dever do Estado (art. 196), com a criação do SUS como sistema público, universal e gratuito.
- **Proteção aos Povos Indígenas:** O Capítulo VIII (arts. 231–232) reconheceu pela primeira vez os direitos originários dos índios sobre suas terras, sua organização social, costumes, línguas e crenças.
- **Criminalização do Racismo:** O art. 5º, XLII, estabeleceu que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- **Proteção ao Meio Ambiente:** O art. 225 consagrou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida.

# Pilares da Cidadania na Nova Constituição

A Constituição de 1988 organiza os direitos fundamentais em três grandes dimensões que, juntas, formam o alicerce da cidadania brasileira contemporânea. Compreender esses pilares é essencial para entender o alcance e a importância da Carta Magna.



## Direitos Civis e Individuais

O art. 5º da Constituição é o mais extenso e detalhado da Carta, com 78 incisos que garantem liberdades fundamentais: **igualdade perante a lei** sem distinção de qualquer natureza, liberdade de expressão e pensamento, inviolabilidade do domicílio e das comunicações, direito ao devido processo legal, habeas corpus, mandado de segurança e mandado de injunção. A **dignidade da pessoa humana** é consagrada como fundamento do Estado, irradiando efeitos sobre toda a ordem jurídica.



## Direitos Sociais

O art. 6º elenca os direitos sociais como deveres do Estado: **educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social**, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Esses direitos exigem prestações positivas do poder público — não basta o Estado se abster de violar; ele deve agir ativamente para garantir o acesso de todos. A criação do SUS, do FGTS e dos direitos trabalhadores ampliados (férias de 1/3, licença-maternidade de 120 dias) são expressões concretas desse compromisso.



## Participação Democrática

A Constituição inovou ao prever instrumentos de **democracia direta e semidireta** ao lado da democracia representativa. O plebiscito permite que o povo decida questões políticas antes de uma lei ser criada; o referendo possibilita a aprovação ou rejeição de lei já criada; e a **iniciativa popular** permite que cidadãos apresentem projetos de lei ao Congresso mediante assinaturas de 1% do eleitorado nacional distribuído em cinco estados. O voto foi ampliado aos analfabetos e jovens a partir de 16 anos, tornando o eleitorado mais representativo.



# Exercícios Comentados: Fixação I

## REVISÃO E PRÁTICA

### ? Questão 1

O que a Lei da Anistia (1979) significou para o processo de redemocratização do Brasil? Quais foram seus alcances e limitações?

### ✓ Comentário da Resposta

A Lei nº 6.683/1979 foi um mecanismo jurídico **fundamental e paradoxal** da transição democrática brasileira. Seu principal alcance foi permitir o retorno dos exilados políticos e a soltura de presos por crimes políticos, retirando o caráter punitivo do regime sobre a oposição. Isso possibilitou a reintegração de líderes políticos, intelectuais e sindicalistas à vida pública nacional, fortalecendo a oposição democrática.

Porém, a lei foi **ampla e bilateral**: ao anistiar também os agentes do Estado responsáveis por torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados durante o regime, ela impediu a responsabilização penal dos perpetradores de violações de direitos humanos. Esse aspecto é central na discussão sobre a **Justiça de Transição** no Brasil — diferentemente do que ocorreu em Argentina e Chile, os militares brasileiros nunca foram julgados por seus crimes, o que, segundo muitos especialistas, deixou cicatrizes institucionais ainda visíveis.

**Para a prova:** Enfatize que a anistia foi o produto de uma negociação política em que o regime manteve o controle dos termos da transição. Sua ambiguidade reflete o caráter "pelo alto" da redemocratização brasileira, distinta de uma ruptura democrática.

### ? Questão 2

Qual foi o papel do movimento Diretas Já na redemocratização, mesmo com a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso?

### ✓ Comentário da Resposta

Apesar de não ter alcançado seu objetivo imediato — a aprovação das eleições diretas para presidente em 1984 — o movimento Diretas Já teve impacto histórico decisivo. Em primeiro lugar, demonstrou que a sociedade civil brasileira havia recuperado sua capacidade de **mobilização política autônoma**, algo que o regime havia tentado suprimir por duas décadas. Em segundo, forçou o governo a negociar a transição de forma mais acelerada, pois a pressão popular havia tornado insustentável a continuidade do status quo. A eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, foi em grande medida resultado dessa pressão acumulada.

# Exercícios Comentados: Fixação II

## REVISÃO E PRÁTICA

### ? Questão 3

Por que a Constituição de 1988 é denominada "Constituição Cidadã"? Quais características justificam essa denominação?

### ✓ Comentário da Resposta

A denominação "**Constituição Cidadã**", cunhada por Ulysses Guimarães no ato de promulgação, justifica-se por pelo menos quatro dimensões fundamentais:

1. **Amplitude dos direitos fundamentais:** Pela primeira vez na história constitucional brasileira, foram positivados extensos direitos sociais (art. 6º), civis (art. 5º) e políticos, criando um catálogo de garantias sem precedentes no país.
2. **Ênfase na dignidade da pessoa humana:** Colocada como fundamento da República (art. 1º, III), a dignidade humana funciona como princípio irradiador de toda a ordem constitucional, vinculando tanto o Estado quanto os particulares.
3. **Mecanismos de participação direta:** A previsão de plebiscito, referendo, iniciativa popular e a extensão do sufrágio a analfabetos e jovens de 16 anos ampliaram a participação da cidadania no processo político.
4. **Processo constituinte participativo:** A elaboração da Carta contou com mais de 12 milhões de assinaturas em emendas populares, conferindo-lhe uma legitimidade democrática de base inédita na história do Brasil.

**Para a prova:** Não confundir a denominação "Cidadã" com perfeição ou plena efetivação dos direitos. Muitos dos direitos previstos na Constituição ainda carecem de regulamentação ou enfrentam obstáculos práticos para sua implementação — o que é, em si, um tema de constante debate político e jurídico.

### ? Questão 4 — Questão de Vestibular (FUVEST adaptada)

Sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987–1988, é correto afirmar que: a) Foi composta exclusivamente por membros indicados pelos partidos políticos, sem eleições. b) Contou com ampla participação popular por meio do mecanismo de emendas populares. c) Teve seus trabalhos presididos pelo presidente José Sarney. d) Excluiu qualquer discussão sobre direitos indígenas por pressão dos militares.

### ✓ Comentário da Resposta

A resposta correta é a alternativa **b)**. A Constituinte de 1987–1988 foi pioneira na previsão de emendas populares, mecanismo que permitiu que qualquer proposta subscrita por 30 mil cidadãos fosse submetida à Assembleia. Foram 122 emendas populares com mais de 12 milhões de assinaturas. A alternativa a) é falsa porque os membros foram eleitos em novembro de 1986. A c) é falsa porque os trabalhos foram presididos por Ulysses Guimarães. A d) é falsa porque o Capítulo VIII da Constituição consagrou extensos direitos aos povos indígenas.

# O Legado: O Brasil Pós-1988

A Constituição de 1988 completou mais de três décadas de vigência e, apesar dos desafios, continua sendo o **principal instrumento de proteção dos direitos dos cidadãos brasileiros**. Seu legado é ao mesmo tempo uma conquista histórica e um projeto em permanente construção.



## O Pacto Democrático Consolidado

A Constituição estabeleceu mecanismos robustos de **separação de poderes e fiscalização do poder público**: o Ministério Público ganhou autonomia funcional e institucional; o Tribunal de Contas da União foi fortalecido; e criou-se o controle concentrado de constitucionalidade pelo STF. Esses instrumentos têm sido fundamentais para conter abusos e preservar a democracia em momentos de tensão institucional.



## A Luta pela Efetivação dos Direitos

Garantir direitos no papel é apenas o primeiro passo. O Brasil pós-1988 enfrentou — e ainda enfrenta — o enorme desafio de **tornar efetivos os direitos sociais previstos na Carta**. O acesso universal à saúde pelo SUS, a universalização da educação básica, a redução das desigualdades regionais e a implementação da reforma agrária são exemplos de compromissos constitucionais cuja plena efetivação ainda está em curso. A judicialização de direitos sociais — cidadãos recorrendo ao Judiciário para garantir atendimento médico ou vagas em escolas — é um fenômeno diretamente ligado à força normativa da Constituição.



## Cidadania como Prática Cotidiana

O maior legado da Constituição de 1988 talvez seja a compreensão de que **democracia não se resume a votar de quatro em quatro anos**. A participação em conselhos municipais de saúde, educação e assistência social; o acompanhamento das contas públicas por meio dos portais de transparência; o exercício da iniciativa popular; e o engajamento em movimentos sociais são formas de exercer a cidadania ativa prevista na Carta. Como disse Ulysses Guimarães: *"A Constituição não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discutida, votada, promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, o que ela significa para nós, o que ela significa para o Brasil, é a esperança de ver, finalmente, implantada a democracia."*

❏ **Resumo Final:** A redemocratização foi um processo longo, negociado e conquistado pela mobilização da sociedade. A Constituição de 1988 é seu fruto mais duradouro — um compromisso entre o passado autoritário e o futuro democrático que o Brasil escolheu construir.